

PERFIL PARLAMENTAR (2023-2026) SOB A ÓTICA DA AGENDA FEMINISTA



BRASÍLIA
2023

PERFIL PARLAMENTAR (2023-2026) SOB A ÓTICA DA AGENDA FEMINISTA

O Centro Feminista e Estudos e Assessoria - Cfemea realizou um estudo sobre o perfil dos/as parlamentares eleitos/as em 2022 utilizando uma metodologia de pesquisa que verificou as opiniões do/as eleitos/as. Os dados revelam que os/as brasileiros/as elegeram um Congresso Nacional mais conservador em temas relacionados a direitos sexuais e direitos reprodutivos, violência contra a mulher, concepção de família, visão sobre o cuidado, religião e com posições antigênero.

O estudo avaliou o posicionamento dos 513 deputadas, deputados, deputados federais e dos/as 81 senadores/as (incluindo os/as eleitos/as em 2022) em relação às temáticas de gênero. O método da pesquisa foi baseado nas informações públicas do Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais Regionais Eleitorais, na observação qualitativa das redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter, YouTube e site oficial) de todas (es,os) as eleitas, durante o período oficial de campanha eleitoral no 1º e 2 turnos de 2022 (de 16 de agosto a 30 de outubro); ficha técnica com 34 perguntas objetivas; a análise desse conteúdo e uma avaliação sobre a proximidade desses parlamentares da agenda feminista.

Foram avaliados seus posicionamentos em torno de temas relacionados aos seguintes eixos e suas respectivas categorias:

- **Direitos sexuais e direitos reprodutivos** (aborto, contracepção, sexualidade, violência obstétrica, saúde sexual e reprodutiva);
- **Violência contra a mulher** (Lei Maria da Penha, feminicídio, violência doméstica, violência obstétrica, violência sexual, estupro);
- **Concepção de Família** (hierarquias de gênero intrafamiliar, concepções de “família”; maternidade compulsória; o “lugar” da mulher na família; união homoafetiva; adoção entre casais homoafetivos);
- **Posicionamento sobre o cuidado** (divisão sexual e social do trabalho; cuidado intrafamiliar; creches; cuidado com idosos);
- **Religião** (identificação com grupos religiosos; identificação com símbolos religiosos; posicionamento religioso e as leis; laicidade do Estado);
- **Posições antigênero** (ideologia de gênero; heteronormatividade compulsória; conceito de gênero; direitos LGBTQIA).

Mesmo com o incremento de políticas afirmativas (critério mínimo de 30% de vagas para o gênero feminino, assim como 30% dos recursos públicos eleitorais de acordo com o critério de gênero e raça), o estudo confirmou que **o Brasil avança a passos lentos na equidade de gênero¹ e raça² na representação política parlamentar**. Além da manutenção da hegemonia masculina, a maioria dos deputados e deputadas eleitos são brancos (72%), pardos (21%), pretos (5%), indígenas (0,9%), amarelos (0,58%), conforme os dados disponíveis na Câmara Federal³.

Esse cenário se complexifica ainda mais com a eleição de mulheres de extrema-direita, que estão à serviço do patriarcado, como o caso de Damares Alves, no Senado, e as deputadas Chris Tonietto (PL/RJ), Carla Zambeli (PL/SP), Julia Zanatta (PL/SC); Bia Kicis (PL/DF) e Magda Mofatto (PL/GO), por exemplo. Apesar da representatividade política feminina e racial ser uma agenda estratégica para o feminismo no Brasil e na América Latina, o acirramento dos ataques anti-direitos tem demonstrado os prejuízos da eleição de mulheres que não defendem nossas pautas em uma perspectiva progressista e antirracista. Ter apenas a defesa de mulheres e meninas no discurso de forma autoritária não efetiva políticas públicas em prol da transformação social e em combate às desigualdades. Tratamos desse assunto com mais profundidade na [Série Histórica Mulheres e Eleições 1996-2012](#), onde problematizamos a “política de ideias”, o que é o mais importante para a agenda feminista, em contraste à “política de presença”, conforme articula a cientista política Anne Phillips.

1 Fonte: Agência de notícias da Câmara dos deputados: <https://tinyurl.com/yc3j8t7k>

2 <https://tinyurl.com/bdbvv5c6> - <https://tinyurl.com/8ujzdmwh>

3 Veja os gráficos aqui: <https://tinyurl.com/yd4xsa3x>

PRINCIPAIS RESULTADOS

CAM Câmara dos Deputados

SEN Senado Federal

POSICIONAMENTO RELIGIOSO/ ESTADO LAICO

CAM A maioria dos eleitos não abordou a questão sobre religião e política em relação direta. Foram 211 deputados/as (41% dos eleitos/as) no grupo “neutros”, pois não emitiram nenhuma posição sobre o tema; Ao mesmo tempo 17,35% (89 deputados/as) é contra a ideia de que “religião e política não devem se misturar”, ou seja, 89 deputados podem levar em consideração questões religiosas na hora de votar leis.

CAM Foram identificados apenas 36 deputados que manifestaram opiniões em concordância com a ideia de que religião e política não devem se misturar. São 7% do conjunto de 513 deputados e deputadas. Outros 101 (19,6%) deputados poderiam ser potencialmente favoráveis, a partir da observação em outros temas.

Ou seja, pouco mais de um quarto (28%) de deputadas/es/os federais eleitas/es/os concordam com a ideia de que **religião e política não deveriam se misturar**.

CAM O vínculo religioso se expressou em 323 parlamentares (63% das 513 cadeiras). Somente 37% dos deputados e deputadas (190 eleitos) não situaram sua candidatura no contexto religioso.

SEN 56% dos 81 senadores (45 senadores) declararam vínculo com alguma religião. Outros 36 senadores (44%) não abordaram questões religiosas em suas páginas sociais. Houve ainda um empate entre aqueles que se declararam católicos (16 ou 36,3%) e “cristãos” (16 senadores ou 36,3% dos 81 senadores), enquanto 25% (11) declararam-se evangélicos.

SEN 29 senadores (35,8%) não mencionaram posicionamento sobre a laicidade do Estado ou a importância de que as leis estejam sob influência de posições religiosas. Outros 35,8% de senadores poderiam concordar com a ideia de que “religião e política não devem se misturar”. O grupo com tendência mais conservadora soma 28,39% dos senadores que consideram que as posições emitidas em suas redes sociais mostram que discordam da ideia de que religião e política não devem se misturar.

SEN **A posição majoritária do Senado vai na direção da laicidade.** Aqueles que expressaram opiniões favoráveis à frase “o Estado é laico e as leis não devem estar sob influência de posições religiosas” chegaram a 10 (12,25% dos 81 senadores) e outros 22 (27,16%) emitiram opiniões sobre temas que sugerem ser potencialmente favoráveis à laicidade. Nesse cenário, teríamos 32 senadores (39,5%) dos 81. Aqueles que não concordam com a ideia da laicidade chegam a 20 (24,69%).



Há no grupo dos “católicos” posições extremistas e fundamentalistas contra a igualdade de gênero. Somente a deputada federal eleita, mulher negra, Dandara Tonantzin Silva Castro (PT/MG), declarou-se vinculada à religião de matriz africana em suas redes sociais.

FAMÍLIA E TRABALHO DE CUIDADO

CAM O estudo identificou 48 deputados e deputadas (9,36%) eleitos/as que se posicionaram favoráveis à ideia de que família é uma unidade plural, que pode ser formada de variadas composições. Outros 82 (16%) foram associados a posições tradicionalistas, em geral, neoconservadoras ou identificados com o conservadorismo rural, muito presente no segmento do agronegócio. A posição contrária à família como uma unidade plural está presente no discurso dos parlamentares extremistas de direita e neoconservadores, onde a “família tradicional” é a expressão mais utilizada para apresentarem suas candidaturas.

CAM Aqueles que vinculam o cuidado com os filhos como uma atribuição das mulheres somente, sem mencionar qualquer divisão dessa atribuição de cuidado, chega a 11 deputados (2,14%). Eles se somam a outros 71 (13,84%) que, pelas posições em outros assuntos, sugerem ser potencialmente contrários à ideia de divisão equitativa do cuidado dos filhos.

São 82 deputados/as (cerca de 16% dos/as eleitos/as em 2022), com posições de viés hierárquico, patriarcal e tradicionalista para o cuidado com os filhos. Em outras palavras, esses parlamentares se elegeram por meio desses discursos patriarcais e misóginos proferidos em suas campanhas. Apesar da pouca representação, muitos/as eleitos/as ainda não se posicionaram sobre o tema, o que demonstra que esse número pode ser ainda maior.

CAM Foram 204 deputados/as (40% dos/das eleitos/as) que se manifestaram em relação à temática da família e outros 305 deputados (60% dos 513) que não emitiram nenhuma posição sobre cuidado com os filhos. Isso sugere uma distância entre questões importante para a vida das mulheres que estão distantes do debate político.

SEN Pelo estudo, cerca de 42% (34 senadores) não se posicionaram sobre o conceito de família e outros 64,2% (52 senadores) não emitiram posição sobre a divisão equânime no cuidado com os filhos. Proporcionalmente, aqueles/as que se manifestam favoráveis ao conceito pluralista de família chegam a 8 senadores (9,88% dos 81 senadores). Outros 8 senadores (9,88%) posicionam-se contrários à ideia de família como um conceito plural.

Temos aproximadamente 35% dos senadores (28 parlamentares) - somando o grupo contrário com os potencialmente contrários - situados numa perspectiva refratária a avanços no campo pluralidade familiar.

VIOLÊNCIAS POR RAZÕES DE GÊNERO

→ A Lei Maria da Penha e o enfrentamento à violência doméstica são temas que aproximam parlamentares em seus posicionamentos nas redes sociais, atraindo, inclusive, conservadores.

CAM → Essa lei é explicitamente apoiada por 130 deputados eleitos (25,34% dos 513) e outros 128 eleitos/as (25%) apresentam posições que no conjunto sugerem potencial apoio à Lei e ao combate à violência contra as mulheres. **Isso significa que 50,2% dos eleitos (258 deputados) consideraram esse tema relevante para se manifestar durante a eleição.**

SEN → No Senado, 38 senadores (46,91%) posicionaram-se favoráveis à Lei Maria da Penha para combater a violência doméstica. Somados a 14 senadores (17,28%) com posições potencialmente favoráveis, foram cerca de 64% dos 81 senadores/as com posicionamento favorável à Lei Maria da Penha como uma conquista para combater a violência contra as mulheres.

→ Outro aspecto importante é a **baixa menção ao machismo como um problema estrutural no contexto da violência contra as mulheres.**

CAM → Na Câmara, somente 59 deputados/as (11,5%) fazem menção à sociedade machista como um problema cultural e estrutural relacionado à violência doméstica. Somado aos 75 deputados/as (14,62%) que seriam potencialmente favoráveis, teríamos 26% da Câmara.

A falta dessa compreensão pode ser atrelada às soluções punitivistas propostas pelas candidaturas conservadoras e de extrema direita que associam equivocadamente a posse de armas como forma de enfrentar a violência doméstica. Exemplos desses discursos estão as deputadas Carla Zambeli (PL/SP), Julia Zanatta (PL/SC); Bia Kicis (PL/DF) e Magda Mofatto (PL/GO).

SEN Apenas 6 senadores/as (7,41%) apresentaram em suas redes sociais posicionamento reconhecendo o machismo como um problema social que naturaliza a violência contra as mulheres. Outros 12 (14,81%) adotaram um conjunto de posições públicas que sugerem ser potencialmente favoráveis à frase que reconhece o machismo como um problema estrutural.

CAM A **violência política de gênero**, que afeta uma parte significativa das mulheres que atuam na política, segue o mesmo padrão de baixa abordagem pela maioria dos deputados e deputadas e recebeu atenção de 63 parlamentares (12,28%).

SEN Se tratando dos senadores, o tema da violência na política de gênero teve menções favoráveis em 14 perfis de senadores/as (17,28%).

ABORTO E VIOLÊNCIA SEXUAL

CAM Apesar do tema mobilizar favoravelmente as posições mais diretamente relacionadas às lutas feministas no campo político, de uma maneira geral, **o tema do aborto não foi tratado por mais da metade deputados e deputadas**: 56,73% (291 deputados) não mencionaram o assunto. **Daqueles que abordaram, são majoritárias as posições contrárias ao direito ao procedimento.**

CAM Aproximadamente 25% dos parlamentares (125) se manifestaram contra a interrupção da gravidez. Somados com os/as 59 deputados/as (11,50%) que não se posicionaram diretamente, mas se manifestam em outros assuntos que os colocam como potencialmente contrários ao aborto, teremos 184 deputados (36% dos 513 eleitos) nessa perspectiva.

Em outras palavras, mais de um terço dos/as deputados/as são contrários à pauta do aborto, enquanto apenas 3% (16) se declararam favoráveis ao tema, majoritariamente oriundos do campo dos partidos progressistas.

Aqueles que não abordaram a temática do aborto também não mencionaram sobre a violência sexual (291 deputados, ou seja, 56,73% dos eleitos). **Quando se trata de falar sobre o tema, as posições explicitamente contrárias ao atendimento de mulheres vítimas de violência sexual diminuem**. De 125 parlamentares contra o aborto, o número cai para 30 (5,85%) nessa questão. As posições potencialmente contrárias chegam a 80 deputados (15,59%) à proteção das mulheres vítimas de estupro pelo Estado.

Quando somados os grupos declaradamente contrários aos potencialmente contrários ao atendimento para vítimas de violência sexual chega-se a 21,4% dos parlamentares eleitos (110 deputados).

CAM As posições favoráveis (43 deputados ou 8,38%) e potencialmente favoráveis (69 deputados ou 13,45%) à proteção das mulheres vítimas de estupro/violência sexual aumentaram em relação às posições em relação ao aborto, totalizando 112 deputados/as (22% dos eleitos), indicando um equilíbrio entre as duas posições antagônicas.

SEN O estudo não encontrou posicionamento favorável ao direito de interrupção da gravidez nas redes sociais dos senadores e senadoras eleitas. Mesmo assim, somente 4 apresentam posicionamentos presumivelmente favoráveis (5% dos senadores), enquanto 22% (18) são explicitamente contra o aborto. Os presumivelmente contrários compõem 14 senadores (17,28%). Outros 68% dos senadores não abordaram questões relativas à violência sexual contra mulheres e meninas, mas 5 deles (6,17%) se posicionaram favoráveis a medidas de apoio e proteção às vítimas de violência sexual.

MAS QUAIS SÃO OS PERFIS D@S PARLAMENTARES?

No levantamento sobre o posicionamento dos parlamentares nas diversas mídias digitais, foi feita a divisão dos deputados, deputadas e deputadas em grupos ideológicos.

Como metodologia, o estudo fez a separação em cinco grandes grupos ideológicos para observar de forma mais apurada aqueles identificados e os mais distantes das agendas feministas e antirracista. Inclusive, uma pessoa pode integrar mais de um grupo.

São eles:

GRUPO ARMAMENTISTA (POUCO MAIS DE 10% DOS/AS ELEITOS/AS)

Ligado à bancada da bala, defensor do armamento individual e da liberação das armas. Também defende o armamento para proteger as mulheres da violência, etc.

GRUPO RELIGIOSO (APROXIMADAMENTE 20% DOS/AS ELEITOS/AS)

Ligado à “bancada da bíblia”, invoca frequentemente a religião e faz abordagens bíblicas. Seus parlamentares apresentam-se como católicos, evangélicos ou até mesmo “tementes a Deus”. São também defensores da agenda “pró-vida”, contra o aborto, onde se localizam os e as eleitas mais antagônicas à agenda feminista.

GRUPO DA PAUTA DE COSTUMES

(APROXIMADAMENTE 1/4 DOS/AS ELEITOS/AS)

São defensores da “família tradicional”, parlamentares conservadores. Concordam que o lugar exercido pelas mulheres deve ser enquanto mãe, cuidadora e/ou dona de casa. A partir de argumentos relacionados à biologia essencialista, defendem o binarismo, em que só existem dois sexos. São também refratários à agenda LGBTQIA+ p, mas não fazem desses temas sua agenda principal.

GRUPO FEMINISTA

(APROXIMADAMENTE 20% DOS/AS ELEITOS/AS)

Reúne parlamentares antirracistas que se elegeram apresentando pautas dos direitos das mulheres e da diversidade sexual. Defendem as lutas feministas mesmo que parcialmente.

GRUPO DAS/DOS CONSERVADORES

(MAIS DE 40% DOS/AS ELEITOS/AS)

Estão alinhados às pautas de costumes, mas apoiam algumas lutas das mulheres, sobretudo o combate à violência de gênero e a violência doméstica. Também defendem o combate à violência contra idosos, jovens e adolescentes, apesar de não reconhecerem situações interseccionais das violências, desconsiderando raça e classe, por exemplo.

Podem ser considerados potenciais aliados para eventuais alianças estratégicas porque não adotam um discurso de rechaço às agendas por igualdade de gênero.

COM QUE NOS PREOCUPAMOS E O QUE ESPERANÇAMOS

Apesar de termos eleito um Executivo progressista, com propostas populares, que buscam retomar as políticas públicas que contemplam as mulheres, população LGBTQIA+, população negra e indígena em suas interseccionalidades, o retrato do Congresso nos impõe grandes desafios para estes quatro anos. A grande maioria dos/as parlamentares eleitos/as estão distantes das agendas feministas e antirracistas, ou mesmo, quando apresentam proximidade, apontam propostas que podem fortalecer as violências por razões de gênero e raça.

Portanto, alertamos que os/as parlamentares eleitos/as no último pleito, em 2022, irão perpetuar muito do que o fascismo semeou nos últimos quatro anos do governo Bolsonaro: retrocesso, preconceitos e a perda de direitos das minorias. Os dados expressam a preocupante realidade da política brasileira: a presença neoconservadora e da extrema direita no parlamento brasileiro, que demostram quase nenhuma ou pouca afinidade com as pautas relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos, assim como os pilares democráticos. O risco fascista no Brasil tornou- se ainda evidente depois dos ataques terroristas contra os Três Poderes, em Brasília, no dia 8 de janeiro. Esse trágico evento nos serviu também de alerta para continuarmos atentes às movimentações parlamentares que comprometem os nossos direitos e a nossa democracia.



Temos, a princípio, um quinto do Congresso a nosso favor, defendendo as pautas sobre o valor do cuidado, o combate às violências por razões de gênero, a diversidade das composições de família, o direito ao aborto legal e seguro e a laicidade do Estado. Junto ao grupo feminista e antirracista, esperançamos construir trincheiras estratégicas que defendam nossos direitos e pleiteiem aqueles que ainda precisaremos frente a esse Congresso desafiador.



EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO

Equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea)

EQUIPE DE PESQUISA

Denise Mantovani

Doutora em Ciência Política com Pós-Doutorado em Estudos Feministas Interseccionais pela Universidade de Brasília (UnB) e Pesquisadora em Gênero, Mídia e Política

Milena Belançon

Cientista Social E Mestra em Ciência Social pela Universidade Estadual de Maringá (PR)

Maíres Barbosa

Cientista Política pela Universidade de Brasília

Mari Mesquita

Cientista Política pela Universidade de Brasília

Projeto Gráfico / Diagramação:

Miguel Haru

Ilustrações:

Carol Barreto / Angola Comunicação